



Daniel Oliveira
danieloliveira.lx@gmail.com

'BREXITOFOBIA'

Nas trincheiras do simplismo instalou-se uma dicotomia: de um lado, os cosmopolitas abertos ao mundo e tolerantes com a diferença, do outro, os nacionalistas assustados com o exterior e com a mudança. Não se sabe bem onde fica Viktor Orbán, que fez campanha contra o 'Brexit' em anúncios pagos nos jornais britânicos, mas adivinha-se onde estão Schäuble e Dijsselbloem. Uma leitura da realidade excelente para o confronto entre xenófobos e neoliberais, mas suicida para tanta esquerda que a patrocinou. Aqueles que defendem os direitos dos imigrantes e a solidariedade entre povos aparecem de braço dado com o exército de ex-comissários da concorrência, governadores do BCE e presidentes da Comissão que estagiaram ou se reformaram na Goldman Sachs, para, com eles, defender o "cosmopolitismo" da livre circulação de capitais. Só assim podem isolar os velhos, os pobres e os excluídos da globalização nas suas cavernas de "ignorância" e "preconceito". E representarem as "forças mais dinâmicas da sociedade", uma pequena mas agradável elite da geração Erasmus que surfa sem medo no novo mundo global. Fazem todas as alianças erradas e desistem do papel da representação das aspirações populares. Desculpem-se não lhes fazer companhia em tão glamorosa demanda.

Foi esta estranha aliança entre direita liberal e esquerda Uber que, esta semana, liderou o coro condenatório aos britânicos. Discordo ainda mais do que a maioria dos europeístas das razões dos ingleses. Mas não quero uma Europa que desejava com a que tenho. O projeto comunitário baseava-se no modelo social europeu, na convergência económica e social das nações e no aprofundamento de uma democracia partilhada. Tudo o que nos preparava, como um bloco, para enfrentar o processo de globalização. A União é hoje um cavalo de Troia que impõe uma agenda não sufragada de desmantelamento do Estado social e de subjugação dos serviços públicos e do papel económico do Estado à lógica da sacrossanta concorrência. Desde o nascimento do euro, o projeto de integração passou a fazer-se por via da divergência económica e social das nações. Uma divergência que se traduz numa assimetria crescente do poder político de cada Estado que brevemente será institucionalizada numa "Europa a várias velocidades". E a prometida democracia europeia redundou num poder discricionário de uns Estados sobre os outros e de burocratas livres do escrutínio eleitoral sobre os eleitos nacionais.

É verdade que ao mesmo tempo que o euroceticismo medra a norte e a sul, o 'Brexit' e o crescimento da extrema-direita fizeram cerrar fileiras em defesa da União. Só que este apoio não se funda num projeto comum. Baseia-se apenas no medo. Dirão, e com toda a razão, que o medo pode ser construtor de projetos políticos ganhadores. A questão é se uma agenda emancipadora de esquerda terá qualquer futuro no pânico claustrofóbico e paralisante que mantém de pé esta União. É em nome dela que a esquerda desistiu de representar os excluídos, deixando esse papel à extrema-direita. Assim, em vez da alternativa se construir em nome dos trabalhadores baseia-se no etnia-

Ex-diretor do Instituto Gulbenkian de Ciência e membro do Conselho de Curadores da Fundação Champalimaud O atraso da política de Ciência e da comunidade científica em Portugal

António Coutinho

Um exemplo recente de maturidade política no Reino Unido, no âmbito das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, contrasta com as práticas nacionais no domínio. O ministro britânico da Ciência propôs dar forma de lei a um princípio de prática consagrada: os políticos não devem interferir diretamente nas decisões de financiamento da investigação. A lei vem proteger uma comunidade científica, ela própria madura e transparente, que sabe melhor que ninguém como melhorar a sua performance.

O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que funcionou por apenas um curto interregno, sugeriu em 2014 ao primeiro-ministro que fosse feita uma auditoria internacional à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). A FCT é o único organismo público que distribui financiamentos para a investigação em Portugal, partilhando com a Agência Nacional de Inovação a responsabilidade nesta área. Nos 50 anos da sua existência, apesar das queixas frequentes da comunidade científica, este organismo nunca fora auditado por entidades externas ao governo! Os quatro auditores, de enorme experiência em agências públicas de países europeus bem mais avançados que Portugal, sugeriram várias medidas no sentido de melhorar a FCT: reconheceram as dificuldades com a "avaliação pelos pares" nacional, em razão dos frequentes conflitos de interesses numa comunidade científica muito pequena; notaram deficiências da FCT em pessoal técnico qualificado; sublinharam a necessidade de se evoluir para um modelo de organismo público, emanado da comunidade, que propõe, avalia e implementa os financiamentos, independentemente do governo. Todas as conclusões da auditoria ficaram na gaveta, tanto mais que o Governo mudou e ficámos sem saber o que o atual Governo pensa da FCT.

Mais do que em outras áreas, a investigação científica e tecnológica exige políticas a médio e longo prazo, e não se compadece com "novos rumos" a cada mudança de Governo, frequentemente ditados por razões ideológicas ou de pura politiquice. Um par de anos sem os apoios necessários são

mortais para os investigadores mais competitivos, cuja sobrevivência passa necessariamente pela emigração... deixando por cá os que são menos e sobrevivem sem financiamentos porque não fazem grande coisa. Ora, se a excelência gera, com frequência, mais excelência, a mediocridade gera sempre mais mediocridade. Como a ciência produz toda a tecnologia, que resulta em inovação e crescimento económico, uma ciência medíocre deixa-nos pouca esperança.

Uma FCT independente não deixaria de (1) abrir concursos anuais para financiamento de projetos (não existem desde 2014, com grupos a fechar porque lhes acabou o dinheiro); (2) manter o Programa Investigador-FCT com concursos anuais, abertos e internacionais (que mantinha os melhores em Portugal e atraía outros do estrangeiro), ao invés de organizar concursos locais à medida de todas as influências; (3) manter programas de doutoramento, com excelentes resultados desde há 25 anos, em vez de os substituir pelo sistema do *ancien régime*, único na Europa, onde uns universitários reunidos em Lisboa atribuem bolsas de doutoramento individuais sem sequer ver os candidatos, os quais submetem projetos de investigação onde falsamente aparecem como autores, ficando assim condenados a servir o orientador durante 3-4 anos; (4) manter financiamentos diferenciais às melhores Unidades de Investigação, após avaliações internacionais independentes e transparentes, ao invés de distribuir o pouco milho por todos os pardais (por definição, os medianos são mais frequentes que os excelentes, mas também são os que mais barulho fazem no sentido de assegurar a sua sobrevivência e a do sistema que os gerou). Não foi por acaso que o European Research Council, cuja missão é "ciência de excelência", rapidamente se tornou a bandeira da investigação na Europa.

Em resumo, temos dois problemas em Portugal: nem os políticos nem a comunidade científica atingiram um grau de maturidade aceitável. Ambos concentrados na sua própria sobrevivência, desviam-se do melhor interesse do país: os primeiros implementando políticas para a "maioria" de que dependem e assim mantêm satisfeita e silenciosa; os segundos, na sua mediania maioritária, vociferando contra a excelência e exigindo o "direito" de gastar o dinheiro público sem dar contas a ninguém.



ILUSTRAÇÃO CRISTINA SAMPAIO

Deputado ao Parlamento europeu, sobre o futuro da UE

Do mercado comum à Europa dos cidadãos

Carlos Coelho

Celebrámos, há uma semana, o 60º aniversário da assinatura do Tratado de Roma.

Este momento é uma oportunidade para avaliar o caminho que trilhámos, os desafios que temos e, sobretudo, o futuro que ambicionamos.

A Europa dos 28 em 2017 é muito diferente da Europa dos seis em 1957. Cumprimos o grande objetivo de nos tornando se armas por

Pela primeira vez, um Estado-membro quer sair da União. O 'Brexit' mostra-nos que a União Europeia é um processo reversível, mas porque a União é mais do que o Mercado Interno, esta saída deve constituir uma janela de oportunidade para fazer reformas até aqui impossibilitadas pela oposição de governos britânicos. A instabilidade na nossa vizinhança levou ao maior fluxo migratório e à maior crise de refugiados desde a II Guerra Mundial. Se todos os Estados-membros partilharem o esfor-

mação para garantir a segurança de todos os cidadãos europeus.

Começamos a recuperar da pior crise financeira desde a Guerra, mas essa recuperação ainda não é sentida por todos os europeus e muitos Estados-membros veem-se a braços com dívidas muito superiores ao que seria razoável. Neste cenário de incerteza surgem os movimentos populistas e nacionalistas que, cavalgando o ódio e o medo, tentam destruir 60 anos de caminho comum.

Só conseguiremos enfrentar estes cinco desafios se entendermos a Europa como um projeto de solidariedade efetiva, de liberdade verdadeira e de oportunidade única. De uma solidariedade que garanta a coesão económica e o modelo social europeu. De uma liberdade que defenda Schengen e a livre circulação de pessoas, bens



Henrique Raposo
henrique.raposo79@gmail.com

'O MEÇAS' DE BARCELONA

Demasiados lisboetas que a vida da aldeia, o caráter da natureza em geral; e os nacionalistas compraram o campo, passam os fins de semana naquele silêncio retentamente por criar uma imagem de aldeia. Sucede que esta romagem esconde a claustrofobia de Sim, o silêncio aldeão é gloriado uma escolha e se for vivido curtas. No entanto, se não escolha, se for a única coisa que acontece, o silêncio campestre é uma masmorra. Quem sobrevive rural não faz ideia de que é crescer nestes meios. Não há liberdade ou privacidade há ângulos mortos onde se cansar do olhar e da censura. A aldeia desumaniza-nos, a ausência de pessoas atrai a natureza, para as árvores giestas, para o vento, acabamos fundir com esta paisagem demos a nossa humanidade e intransmissível; deixamos reito a um retrato humano, a ser um elemento natural natureza-morta.

Este processo de "natureza e de desumanização tranca aldeão num mero ato de como o vento a passar nas árvores como a nortada, este homem violento e frio; é agressivo como se fosse um reflexo da natureza, e não um reflexo da humanidade. Não a Leiam Laxness ou Camilo Meças", de Rentes de Carvaldeão não é o homem patuço urbano, é o mais violento do até porque aquela frieza estupele e vem à superfície com de, sobretudo se houver um de adultério ou se a mulher divórcio. Num ápice, sacos e espingardas são usadas para com um rigor gélido. (dos homicídios como o de retratam sempre esta frieza calma, não demonstrava ter ato irrefletido". Adelino Briçelos) matou com enorme dade, degolou quatro pessoas se tivesse degolado quatro para a Páscoa. E o pior é violência, além de fria, é c Briote é um imitador de Mito, que por sua vez já é um das dezenas de homens e os anos assassinam uma m semana em Portugal.

Este efeito de contágio levou o problema à imprensa de como lidar com estes casos? ta não pode ser a negação dade e o refúgio na cidadã-financeira. A imprensa de não pode deixar o país retabletoides. Se os tabletoides a violência, a imprensa de tem o dever de compreender a violência. Não pode é negada narrativa queirosiana de costumes. É preciso um pomilo ou de Rentes. Portugal sociedade violenta que recua sua própria violência, ou sociedade que não se quer pelho. Claro que este olhar passar no nacionalismo